

CAPÍTULO 1

A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE SURDOS: AVANÇOS E RETROCESSOS

Data de aceite: 02/01/2025

Ana Laura Serra de Abreu

Giovanna Martins Soares de Oliveira

Jaqueleine Conceição Lima

Sara Araújo da Silva

Vitória Miriã Lima Cruz

Ylanna Vitória Santana Bandeira

A presente pesquisa foi desenvolvida no âmbito da disciplina de Libras, utilizando-se de pesquisas bibliográficas e dos conteúdos apresentados pela docente, como o curta-metragem *Crisálida*, que aborda os principais desafios enfrentados por pessoas surdas, com ênfase no contexto escolar. A obra retrata a história de Rubens, um adolescente surdo que enfrenta dificuldades de inclusão em um ambiente social não acessível. Após aprender a Língua Brasileira de Sinais (Libras), Rubens ressignifica sua forma de se relacionar com a sociedade, integrando-se à comunidade surda.

A partir desse contato com questões relacionadas à comunidade surda, surgiu o interesse de investigar mais profundamente essa temática, observando que os desafios enfrentados pelo personagem são comuns a muitas pessoas surdas. A Libras, nesse contexto, se revela uma ferramenta essencial para a inclusão.

Observa-se também que autores e pesquisadores se dedicam a estudar essa realidade ao identificarem as dificuldades de educadores em exibir o curta-metragem *Crisálida* nas escolas, dada a escassez de materiais e a falta de capacitação para lidar com alunos surdos. A escola retratada no filme carece de estrutura física e pedagógica adequadas para atender essa comunidade, refletindo uma realidade ainda presente no Brasil.

Neste panorama, a pesquisa tem como objetivo investigar aspectos históricos e atuais relacionados à educação de surdos, com foco nos efeitos do Congresso de Milão (1880) e na fundação da primeira Escola Pública para Surdos em Paris, bem como nas dificuldades enfrentadas

no processo educacional da pessoa surda. Ademais, busca-se analisar a realidade da educação de surdos na cidade de São Luís - MA, observando as transformações e os avanços no modelo de ensino direcionado a essa população.

A ESCOLA DE PARIS E A PEDAGOGIA CORRETIVA

Conforme Vilmar (2006), pesquisas de Girolamo Cardano demonstraram que a surdez não impede o processo de aquisição de conhecimento. No entanto, durante o século XVIII, o acesso à educação para pessoas surdas era limitado, restrito apenas às famílias nobres. Aqueles pertencentes às classes menos favorecidas eram marginalizados e excluídos da sociedade.

Esse cenário começou a mudar em 1760, quando o abade Charles Michel de L'Épée fundou a primeira Escola Pública para Surdos em Paris, em conjunto com um grupo de surdos e o apoio de uma parcela da sociedade parisiense. Nessa instituição, a língua de sinais foi reconhecida como uma forma eficaz de comunicação, proporcionando avanços significativos, como o ensino da língua de sinais francesa e o francês escrito.

O impacto da Escola de Paris foi profundo, não apenas na França, mas em toda a Europa, influenciando a criação de associações de surdos e a disseminação da educação para essa comunidade em diversos países, como Rússia, Estados Unidos e Itália (VIANNA, 2006).

No entanto, em 1880, o Congresso de Milão impôs a prevalência do método oralista na educação de surdos, desvalorizando o uso da língua de sinais. A decisão, tomada por um grupo majoritariamente composto por ouvintes, excluiu a participação da comunidade surda e resultou na regressão dos avanços educacionais conquistados até então.

A partir de então, a “medicalização da surdez” passou a tratar a deficiência auditiva como uma condição a ser corrigida, promovendo a oralização forçada e relegando a língua de sinais ao esquecimento nas escolas (AMMAN, 1880). Esse processo contribuiu para a exclusão da comunidade surda do ambiente educacional e social, perpetuando o preconceito e as barreiras que ainda hoje são enfrentadas.

A INCLUSÃO E EXCLUSÃO DA PESSOA SURDA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

O curta-metragem *Crisálida* destaca a importância da presença de intérpretes de Libras nas escolas, visando garantir a participação plena dos alunos surdos nas atividades educacionais. Sem essa assistência, alunos surdos podem se sentir isolados e excluídos, evidenciando a necessidade de políticas inclusivas que assegurem a acessibilidade e a adaptação curricular (BRASIL, 2015).

A implementação da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394/1996) garante o direito à educação inclusiva, mas os desafios persistem. Faltam

recursos adequados, como materiais adaptados, e há escassez de formação específica para professores, o que compromete a qualidade da inclusão.

O uso de tecnologias assistivas, como aplicativos de tradução em Libras e recursos visuais, pode facilitar o processo de aprendizagem (SANTANA; COSTA, 2014; FERREIRA, 2016). No entanto, a formação continuada de professores é imprescindível para garantir que estejam preparados para atender às necessidades dos alunos surdos (SILVA; OLIVEIRA, 2019).



A EDUCAÇÃO BÁSICA DA PESSOA SURDA EM SÃO LUÍS – MA

No estado do Maranhão, a Lei nº 8564/2007 estabelece normas para o uso e difusão de Libras no sistema educacional. A criação de instituições especializadas, como o Centro de Ensino de Apoio à Pessoa com Surdez Professora Maria da Glória Costa Arcangeli (CAS), tem sido fundamental para promover a inclusão de alunos surdos na rede pública estadual.

Em 2021, a inauguração da primeira Escola Municipal Integral Bilíngue em São Luís foi um marco importante, oferecendo um espaço dedicado à educação de alunos surdos. Contudo, a oferta de vagas ainda é limitada, e muitos alunos enfrentam dificuldades de acesso à educação bilíngue de qualidade.

Os avanços históricos na educação da pessoa surda, como a criação da Escola Pública para Surdos em Paris, demonstram a capacidade dessa comunidade de se desenvolver por meio da língua de sinais. Contudo, a exclusão imposta pelo Congresso de Milão e as barreiras ainda presentes nas escolas brasileiras mostram que a inclusão plena não foi alcançada.

É necessário que projetos voltados para a educação de surdos sejam ampliados e que haja fiscalização na implementação das políticas públicas já existentes. A participação ativa da comunidade surda nas tomadas de decisão que lhes dizem respeito é crucial para garantir uma educação inclusiva e de qualidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. B. Educação à distância e a inclusão de alunos surdos. *Revista Brasileira de Educação à Distância*, v. 14, n. 2, p. 193-208, 2015.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 05 jun. 2024.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 05 jun. 2024.

CAPOVILLA, F. C. Filosofia educacional em relação ao surdo: do oralismo à comunicação total ao bilinguismo. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 6, n. 1, p. 11-24, 2000.

FERREIRA, M. G. Gamificação e educação de surdos: um estudo de caso. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 22, n. 3, p. 389-406, 2016.

SANTANA, A. P.; COSTA, C. L. Tecnologias assistivas na educação de surdos: reflexões sobre a prática docente. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 20, n. 2, p. 231-246, 2014.

SILVA, A. L.; OLIVEIRA, A. C. Formação de professores para a inclusão de alunos surdos: um estudo de caso. *Revista de Educação Especial e Inclusiva*, v. 23, n. 4, p. 299-316, 2019.

VILMAR, S. Educação de surdos: uma releitura da primeira escola pública para surdos em Paris e do Congresso de Milão em 1880. In: *Estudos surdos*. Rio de Janeiro: Arara Azul, 2006. Cap. 1, p. 14-38.